

## APRESENTAÇÃO

Prezados leitores e prezadas leitoras!

Durante um ano, a equipe coordenada pela Faced/UFRGS realizou assessoria a um grupo de 157 municípios, iniciando por um processo de aproximação com as realidades locais e prosseguindo com objetivo de contribuir para que cada município pudesse ampliar sua oferta educacional com a qualificação necessária, considerando-se as potencialidades e as necessidades das crianças pequenas que estão iniciando sua trajetória na Educação Básica.

Para o desenvolvimento desse Projeto de Assessoria, foram realizados encontros de planejamento e formação desde o final de 2012 e durante todo o ano de 2013, envolvendo um coletivo de 52 pessoas, incluindo-se docentes formadores, da UFRGS e de outras universidades brasileiras, a equipe de assessoria, consultoras, as equipes de coordenação, supervisão e de apoio administrativo. Como as ações foram descentralizadas, de caráter regional, foi possível a esse coletivo uma imersão na realidade da oferta de Educação Infantil no Estado do Rio Grande do Sul. A partir dessa experiência, compartilhamos agora com outro coletivo, ainda maior, o rico material produzido por profissionais que fizeram parte dessa história.

Nesse segundo movimento, nossa intenção permanece a mesma: contribuir para uma oferta educacional que reconheça as diferentes infâncias em seus contextos, mas que também se empenhe em equalizar a vivência de experiências de desenvolvimento e aprendizagem de qualidade para todas as crianças. Para apresentar de forma mais didática alguns aspectos da oferta de Educação Infantil por parte dos sistemas municipais, assim como alguns temas trabalhados nos encontros de formação continuada, organizamos esta obra em duas partes.

A PARTE I, intitulada “As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil no Cotidiano das Práticas”, é composta de nove capítulos referentes a temas trabalhados ao longo do Projeto nos encontros de formação com os representantes dos municípios assessorados, cuja escolha decorre de eixos elencados a partir da Resolução 05/09, que determina a organização dessa oferta educacional.

O primeiro deles, “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: algumas interfaces entre as políticas e as práticas”, escrito pelas coordenadoras do Projeto MEC/SEB/UFRGS (2012), Maria Luiza Rodrigues Flores e Simone Santos de Albuquerque, apresenta os principais aspectos estruturais do Projeto e suas opções metodológicas, dando ênfase aos eixos que estruturaram a organização dos encontros formativos nos dez polos onde o Projeto se efetivou.

Na sequência, “Os tempos da infância”, de Alfredo Hoyuelos, que nos desafia a uma necessária reflexão sobre a qualidade do tempo institucional que estamos oferecendo na atualidade às crianças de até seis anos, convidando-nos a um estranhamento em relação à organização de nossas ações no cotidiano educacional. Problematizando os vários conceitos da palavra tempo, o autor, ao fim, nos convoca a lançar um novo olhar em direção à complexidade deste espaço/tempo de educar e cuidar crianças, dado o nosso privilégio de realizar o planejamento dessa oferta.

No artigo “Os bebês no berçário: ideias-chave”, Maria Carmen Silveira Barbosa e Paulo Sergio Fochi apresentam a discussão sobre a organização de um berçário que acolhe bebês e crianças bem pequenas, estabelecendo alguns eixos para a reflexão de professores e professoras da infância, como a organização do espaço, a oferta de materiais, a gestão do tempo e as concepções de criança. Apresentam aos leitores uma ideia de bebê potente e destacam a importância dos adultos na organização de práticas pedagógicas a partir de três compromissos fundamentais: compartilhar a vida, brincar e narrar por meio de experiências coletivas no cotidiano da escola infantil.

Pautando tema prioritário no contexto de implementação da oferta educacional nos novos espaços construídos a partir do Programa Federal Proinfância, o capítulo “Percorrendo trajetos e vivendo diferentes espaços com crianças pequenas”, de Maria da Graça Souza Horn e Carolina Gobbato, aborda, por meio de um diálogo no qual a teoria dá suporte à prática na organização dos espaços nas instituições de Educação Infantil, alguns princípios norteadores dessa organização, adequando-os às características e necessidades de cada faixa etária. A concepção de espaço é destacada como uma construção social, fruto das interações de todos os atores que compõem o contexto de uma escola infantil. A partir da reflexão sobre como o espaço se constitui como elemento central na construção da pedagogia para a primeira infância, é feito um convite aos leitores para que reinventem com as crianças os espaços em suas práticas cotidianas.

As reflexões apresentadas por Susana Rangel Vieira da Cunha e Camila Bettim Borges, em “A arte é para as crianças ou é das crianças? Problematizando as questões da arte na Educação Infantil”, nos desafiam a repensar a organização das atividades pedagógicas no contexto das Artes Plásticas, apontando possibilidades de um trabalho que tenha como referência as atuais DCNEI, aproximando a ação docente das culturas infantis, na perspectiva que nos aponta a Sociologia da Infância.

“As linguagens, a formação do leitor e a ação pedagógica cotidiana na Educação Infantil: apontamentos”, de Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher, trata de maneira acessível e propositiva de um tema indispensável às práticas cotidianas junto às crianças pequenas, ou seja, a vivência das práticas leitoras apoiadas em materiais cuidadosamente selecionados, de maneira a permitir aos pequenos uma prazerosa imersão na cultura letrada, a partir de histórias e contos capazes de nutrir com repertório adequado a imaginação e a fantasia características dessa fase da vida humana. Língua, linguagens,

leitura e literatura se articulam nas palavras da autora, constituindo um material que leva à reflexão e encaminha à ação.

O capítulo “A experiência de aprender na Educação Infantil”, de Silvana de Oliveira Augusto, apresenta uma discussão importante, pautada pela concepção apresentada nas DCNEI (2009) conforme a qual a Educação Infantil deve assegurar às crianças experiências necessárias ao desenvolvimento e à aprendizagem. Problematisa que a experiência é sempre total, integrada e integradora de sentidos, oportunizando que essas experiências orientem o trabalho pedagógico, permitindo pensar que não se deve focar uma área de conhecimento, mas, sim, a experiência que as crianças podem ter com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.

No capítulo intitulado “A música e as primeiras aprendizagens da criança”, a professora Leda de Albuquerque Mafioletti mostra a presença da música como aprendizagem que integra o conjunto das atividades essenciais ao desenvolvimento infantil e sua implicação com a cultura, destacando ainda que a linguagem musical se organiza em padrões de coerência que são aprendidos e transmitidos culturalmente. Portanto, no contexto da escola de Educação Infantil, a música não pode ser considerada simplesmente um instrumento de expressão, e sim a própria expressão que constitui o ser criança, sendo que, ao valorizar os sons da cultura e as brincadeiras musicais da criança, estaremos valorizando a cultura infantil e a criança como produtora de cultura.

Em “Múltiplas linguagens na educação da infância: perspectivas de protagonismo compartilhado entre professor, crianças e conhecimento”, de Gabriel de Andrade Junqueira Filho, é apresentado o conceito de linguagem de Charles Sanders Peirce (1839-1914), que compreende ser esta toda e qualquer realização, produção, funcionamento do homem e da natureza. O autor reflete, por meio de suas experiências como professor, sobre como as linguagens estão no mundo e nós estamos nas linguagens. Nessa perspectiva, propõe a organização do trabalho pedagógico por meio da pesquisa – escuta, investigação e aprendizagem – que se desenvolve e se dinamiza a partir de duas vias e de dois sujeitos que se articulam o tempo todo: pesquisa do professor para conhecer as crianças pelas produções delas em múltiplas linguagens e a pesquisa do professor junto com as crianças para se conhecerem e conhecerem o mundo.

Na Parte II, intitulada “As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil no Contexto das Políticas”, o livro concentra textos que articulam os quatro eixos formativos do Projeto com a dimensão macro da organização das políticas públicas no âmbito municipal, abordando temas importantes no contexto da oferta de Educação Infantil.

Como capítulo que abre este bloco, apresentamos “Docência na Educação Infantil: de quem estamos falando? Com quem estamos tratando?”, de Valdete Côco, que contextualiza o trabalho docente na Educação Infantil no campo da política educacional, dando visibilidade a um dos temas relevantes no sentido de consolidação dessa etapa

no campo educacional. Aborda, a partir de um lugar bastante próximo das práticas, algumas indagações e alguns dilemas presentes nesse campo de atuação.

Em “O Plano de Ações Articuladas e os avanços na Educação Infantil”, Ricardo Amorim Gomes trata de alguns temas importantes no campo das políticas públicas para a Educação Infantil no contexto atual de demanda para essa ampliação de atendimento. Nesse sentido, o autor contribui com os gestores dos sistemas municipais de ensino, no sentido de um melhor acompanhamento e aproveitamento das oportunidades colocadas à disposição dos municípios, na perspectiva da efetivação de um regime de colaboração com a União para a oferta dessa etapa educacional com qualidade.

“Articulações e tensões entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental: análises a partir do contexto recente das políticas educacionais brasileiras”, de Maria Beatriz Gomes da Silva e Maria Luiza Rodrigues Flores, resgata as recentes alterações legais que configuram a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, propondo uma articulação entre esta e a etapa seguinte, o Ensino Fundamental, como preconizam tanto as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica quanto o texto das atuais DCNEI.

O capítulo “Avaliação e Educação Infantil: crianças e serviços em foco”, de Zilma de Moraes Ramos de Oliveira e Catarina Moro, trata de tema atual, recolocado no cenário da área nos últimos anos, em função de alterações legais, e recentemente aprofundado em nível nacional em eventos e publicações da área. As autoras diferenciam a avaliação do trabalho realizado com as crianças, competência das equipes escolares e das famílias, e a avaliação em nível de sistema, que precisa servir para avaliar a qualidade da oferta e para redirecionar as políticas públicas municipais, de maneira que as escolas tenham suporte ao trabalho que precisa ser realizado.

No texto “Percepções sobre o cotidiano educativo em unidades do Proinfância de três municípios gaúchos”, Maria Renata Alonso Mota, Susana Beatriz Fernandes e Marta Quintanilha Gomes apresentam análises tecidas a partir da pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto MEC/UFRGS, com o objetivo de acompanhar a implantação do Proinfância em uma amostra de três municípios, de forma a avaliar o impacto dessa política para o atendimento à demanda por Educação Infantil. A investigação foi desenvolvida a partir de aproximações com a perspectiva da pesquisa intervenção e apresenta análises referentes às questões pedagógicas, abordando o espaço como elemento constituidor do currículo e aspectos relativos ao cotidiano educativo. As autoras destacam que o trabalho de assessoria técnico-pedagógica realizado pelo Projeto MEC/UFRGS contribuiu para um maior conhecimento e uma difusão das DCNEI, destacando o que ela representa em termos de avanço pedagógico.

Após o conjunto de capítulos, incluímos alguns anexos de fundamental importância para a ação dos gestores de educação, seja no âmbito das secretarias municipais, seja no das escolas ou em outras instituições ligadas à implementação das políticas públicas, tais como os conselhos municipais de educação, dentre outros. Nosso objetivo, com essa inclusão, é disponibilizar, de maneira mais ampla, documentos normativos e orientadores que precisam ser estudados nos espaços destinados à formação continuada de docentes, pois que apresentam diretrizes e concepções atualmente vigentes e compartilhadas pela área.

O primeiro desses anexos (Anexo A), intitulado “Níveis de planejamento e construção de documentos referenciais nos sistemas de ensino e nas escolas”, organizado por Maria Beatriz Gomes da Silva e Maria Luiza Rodrigues Flores como documento orientador no âmbito do Projeto MEC/SEB/UFRGS, 2012-2013, visa apoiar os municípios nas definições quanto à elaboração ou revisão de documentos referenciais para a oferta de Educação Infantil.

Como segundo e terceiro documentos inclusos, apresentamos a base conceitual do Projeto: a Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2009 (Anexo B), que estabeleceu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil”, seguida do Parecer CNE/CEB n.º 20/2009 (Anexo C), que fundamenta a revisão das DCNEI, realizada pela Câmara de Educação Básica após dez anos de vigência da Resolução anterior.

Com a inclusão do anexo “Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação” (Anexo D), contribuímos com a divulgação do resultado dos estudos do Grupo de Trabalho coordenado pela Coordenação de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica do MEC (COEDI/SEB/MEC). Trata-se de material a ser utilizado em encontros de estudo pelas Secretarias de Educação e escolas, na busca de construir uma visão mais integral e integrada sobre as práticas avaliativas na Educação Infantil, fugindo dos padrões de medição dominantes nos demais níveis e etapas educacionais. Este documento possui três anexos próprios (Anexo 1, Anexo 2 e Anexo 3).

O anexo “Nota Técnica n.º 207 – Educação Infantil e as alterações da LDB” (Anexo E), elaborado pela Coordenação da Educação Infantil (COEDI/SEB/MEC), contribui muito para a necessária interpretação, pelas redes municipais responsáveis pela oferta de Educação Infantil em relação às alterações produzidas pela Lei n.º 12.796/13 no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96. Ao alterar os artigos 29, 30 e 31 da LDB, referentes à Educação Infantil, essa Lei exige um estudo pormenorizado da organização dessa oferta, especialmente em relação à faixa etária de quatro e cinco anos, tornada obrigatória a partir da Emenda Constitucional 59/09.

Assim, entendemos que o conjunto desta obra, pela abrangência e atualidade dos temas que aborda, constitui leitura importante para todos aqueles e aquelas que buscam se aproximar, aprofundar e/ou implementar políticas públicas de qualidade para a Educação Infantil. Ao mesmo tempo que em alguns capítulos relatamos recentes processos vividos, as concepções e práticas tematizadas extrapolam nosso espaço/tempo, podendo contribuir para novas experiências de aprendizagem em diferentes contextos, efetivando, assim, nossa opção metodológica primeira do Projeto, que foi a proposição de uma Rede Formativa.

*Maria Luiza Rodrigues Flores*  
*Simone Santos de Albuquerque*  
Organizadoras

Janeiro de 2015